

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.450 - DF (2019/0046530-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **UARNOLDS ALBERTS DE CASTRO OLIVEIRA (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RELEVANTE ALTERAÇÃO DO PANORAMA FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso interposto por **Uarnolds Alberts de Castro Oliveira**, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no HC n. 0722685-61.2018.8.07.0000, que afastou a alegação de excesso de prazo e manteve a prisão preventiva do recorrente (Processo n. 2015.02.1.000082-4; Representação pela prisão n. 2017.02.2.002176-0; Processo sob desmembramento n. 2019.02.1.000100-8).

Alega-se, em síntese, que o encarceramento cautelar do recorrente deve ser relativizado, uma vez que data de 19/6/2018 e não há previsão de data para a sessão plenária.

Destaca-se que o recorrente *possui residência fixa, trabalho lícito, jamais teve qualquer passagem pela polícia e em razão disso, poderá receber as intimações em seu domicílio e, conseqüentemente, comparecer em juízo quando for solicitado sem causar nenhum impasse à atuação da Justiça, colocando a disposição de comparecer em juízo a todos os atos processuais a serem realizados* (fl. 77).

Requer-se a imediata expedição de alvará de soltura em nome do recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 94/95).

Superior Tribunal de Justiça

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 116/125).

É o relatório.

O recurso perdeu o objeto.

Isso porque, diante das informações obtidas em consulta à página eletrônica do Tribunal recorrido, nota-se que em 28/11/2019, no Processo n. 2019.02.1.000100-8, da Vara e Tribunal do Júri de Brazlândia/DF, o ora recorrente foi absolvido pelo Conselho de Sentença, fato que esgota a pretensão contida na presente impetração, dada a perda superveniente do objeto da demanda e a alteração do cenário fático-processual.

Pelo exposto, a teor do disposto no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator